



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Pós-Graduação *Lato Sensu*
Direito e Tecnologia

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso.....	3
3. Público-Alvo	3
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso	4
7. Competências e Habilidades do Curso	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
9. Estágio Não Obrigatório.....	8
10. Matriz Curricular	10
11. Carga Horária.....	11
12. Conteúdo Programático.....	11
13. Infraestrutura Física e Pedagógica.....	20

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito e Tecnologia.

Área de Avaliação (CAPES): Direito.

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (600007)

Área do Conhecimento (CAPES): Direito

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 200 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

O curso é destinado para operadores do direito, empreendedores, gestores, profissionais de TI e comunicação que visam explorar as novas tecnologias,

compreendendo a legislação que regula o ambiente digital, bem como as principais estratégias societárias e de investimentos em empresas com uso de tecnologias, além do *compliance* digital (prevenção de riscos) necessário para maior eficiência no mercado

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no Portal Pós, entrega da documentação pessoal e do diploma da graduação autenticado. Em seguida, analisados pela Instituição.

5. Justificativa do Curso

As inovações tecnológicas obrigam os profissionais a obter habilidades interdisciplinares para atender as necessidades do mercado globalizado. Por sua vez, o Direito, necessariamente, está em constante mudança para garantir, incentivar ou desincentivar determinada conduta no âmbito da inovação. Ter ciência sobre leis aplicáveis a determinada tecnologia, como estruturar uma empresa de base tecnológica, quais as oportunidades e riscos é de extrema relevância para o profissional que busca ser diferenciado no mercado de trabalho 4.0.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Propiciar melhor compreensão teórica e empírica do impacto das novas tecnologias no Direito, com os estudos fenômenos digitais, das leis e princípios que regulam o ambiente digital.
- Proporcionar uma visão prática e estratégica para o profissional que atua com empresas de bases tecnológicas ou visam criar seu próprio negócio inovador, de modo a auxiliar o profissional na tomada de decisão.

6.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver os conhecimentos técnicos necessários para lidar com empreendedores e empresas no ambiente da inovação e tecnologia.
- Aperfeiçoar habilidades de liderança e gestão analíticas, voltadas aos novos modelos de negócio criados a partir da inovação e tecnologia.
- Apresentar os conceitos acerca do uso de tecnologias no cotidiano empresarial.
- Aperfeiçoar liderança e gestão analítica e jurídica direcionadas para as empresas que usam a inovação e tecnologia em seus processos e produtos.

7. Competências e Habilidades do Curso

Competências

Com os estudos do conteúdo do Curso de Pós-Graduação em Direito e Tecnologia o aluno irá identificar as regras vigentes para regular o ambiente digital no país em todos os seus aspectos (cíveis, consumeristas, empresarial, criminal e preventivo); Desenvolver habilidades interdisciplinares que possibilitam reconhecer os riscos próprio negócio ou prestar consultoria para empresas, técnicas de gestão de pessoas, contratuais, de negociação, ilícitos cíveis e criminais, dentre outras;

Habilidades

- Criar conhecimento interdisciplinar;
- Aplicar os conteúdos ministrados em aula na prática de consultoria a empresas;
- Identificar os riscos e oportunidades dos novos modelos de negócios;

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Revolução industrial 4.0	0h	40h	40h
Lei Geral de Proteção de Dados	0h	40h	40h
Inovação e <i>startups</i>	0h	40h	40h
Legal Tech e Law Tech – O futuro da atividade jurídica	0h	40h	40h

Impactos das novas tecnologias no direito empresarial	0h	40h	40h
Tecnologias descentralizadas	0h	40h	40h
Relação de trabalho na era digital	0h	40h	40h
Cibercrimes, responsabilidade penal e civil	0h	40h	40h
Compliance digital	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: etiquetas.

Competências e Habilidades:

- Identificar as características do aluno da modalidade de educação a distância;
- Utilizar ferramentas tecnológicas de apoio a pesquisa;
- Comunicar-se com clareza e assertividade oralmente e por escrito;
- Gerenciar tempo e atividades de estudo.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: etiquetas.

Bibliografia básica:

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011.

MAIA, Carmen; MATTAR, João. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MOORE, Michael G., **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Disciplina: Revolução 4.0

Ementa: A sociedade da informação. Redes de computadores. Criptografia. A internet. E-commerce. Redes sociais. Inteligência artificial. Bancos de dados. Big Data. Deep web. Comportamento das gerações X, Y e Z. Inovações disruptivas e seus desafios para o Direito. Produção coletiva de conhecimento e de software. Compartilhamento de arquivos peer-to-peer.. Uso de aplicativos (.Veículos autônomos. Prestação de serviços médicos pela internet. Espaços de co-working. Serviços em nuvem. Internet das coisas. Impressão 3D. Drones. Jogos eletrônicos e realidades sintéticas

Competências e Habilidades:

- Apresentar ao aluno os principais temas sobre serviços e produtos digitais com impactos na área jurídica
- Despertar o senso crítico ao expor as inovações disruptivas e o conflito de velocidade entre as inovações e o Direito.
- Empregar conceitos apreendidos em sala de aula na construção de novas ideias.
- Identificar fenômenos jurídicos nas relações tecnológicas

Conteúdo Programático 1: A sociedade da informação. Redes de computadores. Criptografia. A internet. Deep web. E-commerce.. Inteligência artificial.

Conteúdo Programático 2: Bancos de dados. Big Data. Comportamento das gerações X, Y e Z. Inovações disruptivas e seus desafios para o Direito.

Conteúdo Programático 3: Produção coletiva de conhecimento e de software. Compartilhamento de arquivos peer-to-peer.. Aplicativos de mensagens. Redes Sociais.

Conteúdo Programático 4: Veículos autônomos. Aplicativos transporte, viagem e hospedagem, navegação, de relacionamento e outros aplicativos de aluguel. Prestação de serviços médicos pela internet. Espaços de co-working. Serviços em nuvem. Internet das coisas. Impressão 3D. Drones. Jogos eletrônicos e realidades sintéticas.

Bibliografia Básica:

SHWAB, Klaus. A quarta Revolução industrial. São Paulo. Edipro: 2016.

SHWAB, Klaus. Aplicando a Quarta Revolução Industrial. São Paulo. Edipro: 2016.

PARENTONI, Leonardo; MIRANDA, Bruno. Direito, Tecnologia e Inovação. DPlácido. 2018.

Bibliografia Complementar:

CHISTENSEN CLAYTON M. O Dilema da Inovação. Quando as novas tecnologias levam as empresas ao fracasso. M Books. São Paulo. 2019

HOWE, Jeff; ITO, Joi. Disrupção e Inovação. Alta Books. São Paulo. 2017.

MAGALDI, Sandro; SALIBI NETO, José. Gestão do Amanhã: Tudo o que você precisa saber sobre gestão, inovação e liderança para vencer na 4ª Revolução Industrial. Gente. São Paulo. 2018.

Disciplina: Lei Geral de Proteção de Dados

Ementa: Direitos humanos. Direitos fundamentais. Direito à vida privada. Direito à proteção de dados. Legislação brasileira de proteção de dados: Marco Civil da Internet, Lei do Cadastro Positivo e Lei de Acesso à Informação. Regulamento Europeu de proteção de dados – GDPR. Privacy by design. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Agentes de tratamento. Controlador. Operador. Responsabilidades. Bases Legais de tratamento de dados. Ressarcimentos de danos. Encarregado pelo Tratamento de Dados – DPO. Segurança da Informação. Boas práticas e governança. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Fiscalização. Sanções administrativas.

Competências e Habilidades:

- Compreender as legislações nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais. Compreender as implicações da LGPD no Direito Empresarial. Desenvolver a habilidade de analisar violações de dados pessoais, avaliar riscos e propor soluções. Capacitar o aluno para que possa prestar consultoria ou analisar sua própria empresa em busca de uma adequação legal. Propiciar um conhecimento amplo sobre a proteção de dados pessoais e suas implicações nas empresas.

Conteúdo Programático 1: Direitos humanos. Direitos fundamentais. Direito à vida privada. Direito à proteção de dados pessoais. Background da legislação de proteção de dados pessoais. Legislação da União Europeia de proteção de dados (GDPR),

Conteúdo Programático 2: Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Fundamentos da LGPD. Âmbito de Aplicação. Encarregado de Dados pessoais. Conceito e atribuições.

Conteúdo Programático 3: Conceitos gerais da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Bases Legais para o Tratamento de dados pessoais, de dados pessoais sensíveis. Tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes. Tratamento de dados pessoais pelo poder público. Agentes de tratamento. Controlador. Operador.

Conteúdo Programático 4: Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Fiscalização. Sanções administrativas. Boas práticas e governança. Registro de Operações de tratamento de dados. Incidente de Segurança. Segurança da Informação. *Privacy by design*.

Bibliografia Básica:

DONEDA, Danilo ... [et al.]. Tratado de Proteção de Dados Pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PALHARES, Felipe; PRADO, Luiz Fernando e VIDIGAL, Paulo. Compliance Digital e LGPD. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021 (Coleção Compliance; coordenação Irene Patrícia Diom Nohara, Luiz Eduardo de Almeida).

PALHARES, Felipe (coord). Temas Atuais de Proteção de Dados. Thomson Reuters Brasil, 2020.

TEIXEIRA, Tarcisio. GUERREIRO, Ruth Maria. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais comentada artigo por artigo. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TEIXEIR, Tarcisio... [et al]. DPO – Encarregado de Dados Pessoais [recurso eletrônico] – São Paulo: Expressa, 2022.

Disciplina: Inovação e Startups

Ementa: Startup e os impactos da tecnologia em modelos tradicionais de negócio e aspectos regulatórios. Avaliação de riscos nos novos modelos de negócios. Propriedade intelectual: mecanismos de proteção das inovações. Formação de equipe. Termos e condições e política de privacidade. Acesso a capital e desinvestimento. Acesso a capital. Seed capital. Fontes externas de Financiamento. Processo de investimento e desinvestimento.

Competências e Habilidades:

- Capacitar o aluno a criar novos modelos de negócio .
- Desenvolver a habilidade de atender os novos modelos de empresa na era tecnológica no setor jurídico contábil, administrativo e em outras consultorias
- Compreender o cenário atual sobre as inovações e as empresas que surgem com as novas tecnologias.
- Desenvolver a habilidade de liderança em todas as fases na construção de novos negócios.

Conteúdo Programático 1: Idealização de uma startup. Impactos da tecnologia em modelos tradicionais de negócio e aspectos regulatórios.

Conteúdo Programático 2: Concepção de uma startup: avaliação de riscos do modelo de negócios.

Conteúdo Programático 3: Propriedade intelectual: mecanismos de proteção das inovações. Formação de equipe. Termos e condições e política de privacidade

Conteúdo Programático 4: Acesso a capital e desinvestimento. Acesso a capital. Seed capital. Fontes externas de Financiamento: Investidor Anjo, Venture Capital e Private Equity. Processo de investimento e desinvestimento. Ambiente de inovação: as incubadoras e aceleradoras.

Bibliografia Básica:

BLANK, Steve. Startup: Manual do Empreendedor – o guia passo a passo para construir uma grande companhia. Atlas. Rio de Janeiro, 2014.

JÚDICE, Lucas Pimenta, NYBO, Erik Fontenele. Direito das Startups. Juruá. 2016.

FEIGELSON, Bruno, NYBO, Erik Fontenele, FONSECA, Victor Cabral. Direito das Startups. Saraiva jur. São Paulo. 2018

MORETTI, Eduardo, OLIVEIRA, Leandro Antonio Godoy. Startups. Aspectos Jurídicos Relevantes. Lumen Juris. São Paulo. 2018.

Startups e inovação: direito no empreendedorismo (entrepreneurship law)/Keila dos Santos ... [et al.]; coordenadores Tarcisio Teixeira, Alan Moreira Lopes]. – Barueri, SP: Manole, 2017.

.

Bibliografia Complementar:

Legal Talks: Startups à Luz do Direito Brasileiro de Anna Barbosa, Eduardo Pimenta e Maurício Fonseca, ed. JBL

INNOVATION STRATEGIES TO STARTUPS. By: Oliveira Rocha, Ronalty; Leon Olave, Maria Elena; Moreno Ordonez, Edward David. Revista Pretexto. abr-jun2019, Vol. 20 Issue 2, p87-99. 13p. Language: Portuguese. DOI: 10.21714/pretexto.v20i2.5996. Base de dados: Fonte Acadêmica

Dealing with the Combined Dynamics of Start Ups, Innovation, Technology, and Sustainability. By: Nelson, Reed E. Revista da Micro e Pequena Empresa. mai-ago2019, Vol. 13 Issue 2, p1-14. 14p. Language: Multiple languages. DOI: 10.21714/19-82-25372019v13n2p114. Base de dados: Fonte Acadêmica.

Disciplina: Legal Tech e Law Tech – O Futuro da Atividade jurídica

Ementa: Processo judicial eletrônico. Direito probatório e novas tecnologias. Legal e Law Techs. Automação de documentos jurídicos. Automação de pesquisas jurisprudenciais. Ferramentas para a gestão de contencioso de massa. Jurimetria. Ferramentas para a gestão de departamentos jurídicos. Publicidade online. Direito Como Negócio. Mediação. Arbitragem.

Competências e Habilidades:

- Capacitar o aluno para as tendências do mercado jurídico diante das inovações tecnológicas.
- Desenvolver habilidade do uso de tecnologias.
- Desenvolver habilidades de negociação.
- Desenvolver habilidades de liderança de equipes jurídicas.

Conteúdo Programático 1: Processo judicial eletrônico. Direito probatório e novas tecnologias. Legal e Law Techs

Conteúdo Programático 2: Automação de documentos jurídicos. Automação de pesquisas jurisprudenciais. Jurimetria.

Conteúdo Programático 3: Ferramentas para a gestão de contencioso de massa. Ferramentas para a gestão de departamentos jurídicos.

Conteúdo Programático 4: Publicidade online. Direito como negócio. Mediação. Arbitragem.

Bibliografia Básica:

FEIGELSON Bruno, BECKER, Daniel, RAVAGNANI, Giovani, coordenação. O Advogado do Amanhã. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

PECK, Patrícia. ROCHA, Henrique. Advocacia Digital. Revistas dos Tribunais. 2018.

Roger Fischer e William L. Ury. Como Chegar ao Sim: A negociação de acordos sem concessões.

ROSEMBERG. Marshall B. Comunicação não violenta.

Bibliografia Complementar:

DIREITO DIGITAL: DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ÀS LEGALTECHS Revista dos Tribunais | vol. 987/2018 | p. 25 - 37 | Jan / 2018 | DTR\2017\7122.

Kerikmaë, Tanel; RULL, Addi. The future of law and Technologies. Springer. 2016.

SUSSKIND, Richard. Tomorrow`s Lawyers: an introduction to your future. Oxford University Press. USA. 2013.

Disciplina: Impactos das novas Tecnologias no Direito Empresarial

Ementa: Direito Societário. Tipos Societários existentes no Brasil. Contrato Social. Estatuto Social. Atas de Assembleia Geral e Reunião de Sócios e Acionistas. Operações Societárias. Cisão. Fusão. Incorporação. DropDawn. Compra e Venda de Ações e Cotas. Acordo de Cotistas e Acordo de Acionistas. Drag Along. Tag Along. Memorando de Entendimentos. Não Competitividade. Acordo de Investimento. Penhor de Cotas e Ações e de Recebíveis. Cláusula de Arbitragem. Cláusula de Mediação.

Competências e Habilidades:

- Capacitar o profissional a negociar os principais atos do direito societário.
- Desenvolver habilidades técnicas de redação, revisão e avaliação dos contratos e cláusulas utilizadas no âmbito dos novos modelos de negócio e empresa no âmbito da tecnologia.
- Viabilizar a aproximação do aluno dos aspectos práticos contratuais com o dinamismo da atividade econômica exercida pelas sociedades empresárias.
- Aprimorar a discussão acerca das cláusulas estrangeiras utilizadas no Brasil e seu impacto jurídico econômico.

Conteúdo Programático 1: Direito Societário. Tipos Societários existentes no Brasil. Contrato Social. Estatuto Social. Atas de Assembleia Geral e Reunião de Sócios e Acionistas

Conteúdo Programático 2: Operações Societárias. Cisão. Fusão. Incorporação. DropDawn.

Conteúdo Programático 3: Compra e Venda de Ações e Cotas. Drag Along. Tag Along. Memorando de Entendimentos.

Conteúdo Programático 4: Acordo de Investimento. Penhor de Cotas e Ações e de Recebíveis. Cláusula de Arbitragem. Cláusula de Medição.

Bibliografia Básica:

ASCARELLI, Tullio. Panorama do Direito Comercial. São Paulo: Saraiva & Cia. 1947.

AZEVEDO, Luís André N. de Moura. Ativismo dos Investidores Institucionais e Poder de Controle nas Companhias Abertas de Capital Pulverizado Brasileiras. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de. AZEVEDO, Luís André N. de Moura

(Coord.). Poder de Controle e Outros Temas de Direito Societário e Mercados de Capitais. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 217/262.

BULGARELLI, Waldirio. O Novo Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei de Sociedades Anônimas. Artigos 75 a 137. 4a ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 2.

CARVALHOSA, Modesto. EIZIRIK, Nelson. A Nova Lei das S.A. São Paulo: Saraiva, 2002.

COASE, Ronald Coase. “O problema do custo social”. e Latin American and Caribbean Journal of Legal Studies: Vol. 3. N. 1. Article 9. 2008. Disponível em: <<http://services.bepress.com/lacjls/vol3/iss1/art9>>. Acesso em: 07 abril. 2018.

COOTER, Robert & ULEN, Thomas. Law & Economics. 5. ed. Boston: Pearson Education, 2007

COELHO, Fábio Ulhoa. A Sociedade Limitada no Novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2018.

EIZIRIK, Nelson. Temas de Direito Societário. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

NETO, Alfredo de Assis Gonçalves. Direito de Empresa – Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. São Paulo: RT, 2007.

PARGENDLER, Mariana. Evolução do Direito Societário - Lições do Brasil. São Paulo: Saraiva. 2013

POSNER, Richard. A. Economic Analysis of Law. 7. ed. New York: Aspen Publishers, 2007.

Bibliografia Complementar:

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial – atualizado por Rubens Edmundo Requião. 25a ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1.

SALAMA, Bruno Meyerhof. O que é pesquisa em Direito e Economia? Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2811/caderno%20520direito%252022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 7 de abr. 2018.

SALOMÃO (Filho), Calixto. O novo direito societário. São Paulo: Malheiros, 1998.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. Governança corporativa no Brasil e no mundo – teoria e prática. São Paulo: Campus, 2010.

WALD, Arnaldo. Comentário ao novo Código Civil – vol. XIV: livro II – do direito de empresa. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ZYLBERSZTAJN, Decio & SZTAJN, Rachel. Direito & Economia — Análise Econômica do Direito e das Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Disciplina: Tecnologias Descentralizadas

Ementa: Tecnologia Descentralizada. Bitcoin. Blockchain. Smart Contracts. Smart Cities. Aplicações de DLT ao registro de imóveis. Aplicações de DLT ao registro de pessoas. Aplicações de DLT a notas e títulos..

Competências e Habilidades:

- Aproximar o aluno da concepção da revolução tecnológicas nos próximos anos
- Compreender a tecnologia que sustenta as criptomoedas mais conhecidas.
- Fomentar a criação de novas possibilidades de produtos – jurídicos ou não.
- Capacitar o aluno a refletir sobre possíveis soluções tecnológicas utilizando tecnologia descentralizada.

Conteúdo Programático 1: Tecnologia Descentralizada

Conteúdo Programático 2: Blockchain. Bitcoin. Smart Contracts. Utilização de Blockchain nas juntas comerciais.

Conteúdo Programático 3: Smart Cities. Aplicações de DLT (Distributed Ledger Technology) ao registro de imóveis.

Conteúdo Programático 4: Uso de DLT (Distributed Ledger Technology) ao registro de pessoas e documentos estundantis. A DLT (Distributed Ledger Technology) e sua utilização em notas e títulos..

Bibliografia Básica:

MOUGAYAR, William. Blockchain para negócios: Promessa, prática e aplicação da nova tecnologia da Internet. Atlas Books. São Paulo. 2017

TAPSCOTT, Don, TAPSCOTT, Alex. Blockchain Revolution. Senai -SP. 2017.

CAMPOS, Emília Malgueiro. Criptomoedas e Blockchain. Lumen Juris. São Paulo. 2018.

LYRA, João Gomes. Blockchain e organizações descentralizadas. Brasport. 2019.

Bibliografia Complementar:

BLOCKCHAIN COMO SISTEMA DE CUSTÓDIA DE VALORES MOBILIÁRIOS NO ÂMBITO DO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais | vol. 80/2018 | p. 93 - 106 | Abr - Jun / 2018 | DTR\2018\14473

PERSPECTIVAS PARA A TECNOLOGIA BLOCKCHAIN

Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais | vol. 81/2018 | p. 141 - 158 | Jul - Set / 2018 | DTR\2018\19494

CONTRATOS INTELIGENTES, OAD E NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL: PERSPECTIVAS PARA A INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DE AJUSTES CELEBRADOS EM COMPUTAÇÃO DESCENTRALIZADA A PARTIR DE ESTUDO DE CASO SOBRE A VULNERABILIDADE DA CODIFICAÇÃO NO AMBIENTE DO ETHEREUM. Revista de Direito Civil Contemporâneo | vol. 18/2019 | p. 61 - 90 | Jan - Mar / 2019 | DTR\2019\27929

Disciplina: Relação de Trabalho na era Digital

Ementa: Princípios basilares do Direito do Trabalho. Princípio da Proteção. Princípio da Irrenunciabilidade de Direitos. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego. Princípio da Primazia da Realidade. Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva. Princípio da Intangibilidade salarial. Relação de Emprego. Empregador. Grupo Econômico. Sucessão de Empregadores. Trabalho Intermitente. Teletrabalho Biometria. Impacto da automação nas relações de trabalho. Automação de telemarketing. Privacidade e direito à desconexão. Ocupantes de cargo de confiança. Empregado Hiperssuficiente. Sócio Retirante. Tempo à disposição do Empregador. Intervalos. Equiparação salarial. Rescisão por acordo.

Competências e Habilidades:

- Aprimorar os conhecimentos técnicos referentes as novas relações de trabalho criadas a partir de novos modelos de negócio e novas empresas surgidas em ambiente digital.
- Avaliar os riscos empregatícios em diversos cenários contratuais nas novas profissões.
- Capacitar o aluno a prestar consultoria na relação de emprego como *compliance* trabalhista
- Estimular debates sobre as novas tecnologias, ameaças e oportunidades no mercado de trabalho.

Conteúdo Programático 1: Princípios basilares do Direito do Trabalho. Princípio da Proteção. Princípio da Irrenunciabilidade de Direitos. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego. Princípio da Primazia da Realidade. Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva. Princípio da Intangibilidade salarial.

Conteúdo Programático 2: Relação de Emprego. Empregador. Grupo Econômico. Sucessão de Empregadores.. Trabalho Intermitente. Teletrabalho Biometria.

Conteúdo Programático 3: Impacto da automação nas relações de trabalho. Automação de telemarketing. Privacidade e direito à desconexão. Ocupantes de cargo de confiança.

Conteúdo Programático 4: Empregado Hiperssuficiente. Sócio Retirante. Tempo à disposição do Empregador. Intervalos. Equiparação salarial. Rescisão por acordo.

Bibliografia Básica:.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. LTr. 2019

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. Método. 2018

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. Curso de Direito do Trabalho. Saraiva Jur. 2018

Bibliografia Complementar:.

ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito do Trabalho Esquematizado. Saraiva Jur. 2018

DAS CONDIÇÕES LEGAIS DO TRABALHO À DISTÂNCIA NO BRASIL

Revista de Direito do Trabalho | vol. 158/2014 | p. 157 - 179 | Jul - Ago / 2014 | DTR\2014\9449

TRABALHO À DISTÂNCIA E TELETRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI 12.551/2011. Revista de Direito do Trabalho | vol. 145/2012 | p. 119 - 127 | Jan - Mar / 2012

Disciplina: Cibercrimes, Responsabilidade Penal e Civil

Ementa. Cibercriminologia e a fenomenologia dos delitos informáticos os reflexos da globalização no direito penal tradicional. A sociedade virtual do risco. A criminalidade complexa do século XXI. A engenharia social a serviço do crime. Regulação legislativa no âmbito penal nacional e internacional. Sobre cibercrimes. Breves considerações sobre a convenção internacional de budapest sobre cibercriminalidade. O tratamento legislativo no brasil relacionado aos delitos informáticos e a lei nº 12.737/2012 (lei carolina dieckman). A legislação penal mundial no combate e prevenção da delinquência informática. Conceito, características e a classificação dos cibercrimes. Conceito e evolução dos delitos informáticos. A classificação dos cibercrimes e o direito penal. O bem jurídico tutelado pelo direito penal. Tempo e lugar do crime. Dos crimes. Invasão ilegal à sistemas e dispositivos informáticos. A criação de vírus informático para fins ilícitos. O crime de pedofilia na internet e o estatuto da criança e do adolescente. Revenge porn ou sexting. A criminalização da fake news. Sequestro de dados na internet (ransomware). Dano informático.

Competências e Habilidades:

- Aprimorar a discussão acerca dos crimes virtuais.
- Abordar as consequências dos atos praticados no ambiente virtual - responsabilidade penal e civil.
- Capacitar o aluno a compreensão da fase de investigação de um ilícito virtual
- **Desenvolver a habilidade de produção de provas em ambiente virtual**

Conteúdo Programático 1: Cibercriminologia e a fenomenologia dos delitos informáticos. Os reflexos da Globalização no Direito Penal Tradicional. A Sociedade Virtual do Risco. A Criminalidade Complexa do Século XXI. A Engenharia Social a serviço do crime.

Conteúdo Programático 2: Regulação legislativa no âmbito penal nacional e internacional. Sobre cibercrimes. Breves considerações sobre a Convenção Internacional de Budapest sobre Cibercriminalidade. O tratamento legislativo no Brasil relacionado aos delitos informáticos e a Lei nº 12.737/2012 (Lei Carolina

Dieckman). A legislação penal mundial no combate e prevenção da delinquência informática. Responsabilidade Penal e Civil.

Conteúdo Programático 3: Conceito, características e a classificação dos cibercrimes. Conceito e evolução dos Delitos Informáticos. A classificação dos Cibercrimes e o Direito Penal. O Bem Jurídico Tutelado pelo Direito Penal. Tempo e Lugar do Crime.

Conteúdo Programático 4: Dos crimes. Invasão ilegal à sistemas e dispositivos informáticos. A criação de vírus informático para fins ilícitos. O crime de pedofilia na Internet e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Revenge Porn ou Sexting. A criminalização da Fake News. Sequestro de Dados na Internet (Ransomware). Dano informático.

Bibliografia Básica:

WENDT, Emerson. Direito e TI - CyberCrimes. Livraria do advogado. Rio de Janeiro:2019.

COLLI, Maciel. Cibercrimes. Limites e Perspectivas à Investigação Policial de Crimes Cibernéticos. Juruá. 2019.

BARRETO, Alessandro; BRASIL, Beatriz. Manual de Investigação Cibernética. À Luz do Marco Civil da Internet. Brasport. 2016

Bibliografia Complementar:

JORGE, Vigor Vinícios Nogueira. Investigação Criminal Tecnológica - Volume 1. Brasport. 2018.

NORAT, Markus, et. Al. Direito Digital. Responsabilidade Civil e Criminal na Internet. Clube dos Autores. 2018

BREWER, Russell, et. Al. Cybercrime Prevention: Theory and Applications. Palgrave Pivot; Edição: 1st ed. 2019

Disciplina: Compliance Digital

Ementa: Programas de compliance nacional e internacional. Compliance Empresarial e Due Diligence. Compliance Concorrencial Novo Estatuto Jurídico da Empresa Pública e Governança. Combate à Corrupção e Novos Modelos de Colaboração. Gestão de Conflitos e Soluções Alternativas para o Setor Público

e Privado. Programas de Compliance e suas Etapas de Implantação. Acordo de Leniência e Certificações.. Marco civil na Internet.

Competências e Habilidades:

- Aprofundar os conhecimentos acerca do compliance habilitando o profissional a atuar como compliance officer de empresas; Capacitar o profissional para avaliar se as empresas estão em conformidade com previsões legais e regulamentos externos e internos;
- Aprofundar o debate e o conhecimento sobre compliance nas empresas nacionais e internacionais.
- Desenvolver o profissional para habilidades específicas com a finalidade de obtenção de certificação nacional e internacional.

Conteúdo Programático 1: Programas de compliance nacional e internacional. Compliance Empresarial e Due Diligence: Estrutura da Empresa, Contrato Social e Responsabilidade de Sócios, Dirigentes e Acionistas.

Conteúdo Programático 2: Contrato Entre Empresas e Responsabilização de Parceiros (terceirização, representação, distribuição, compras, fornecedores, parcerias, consórcios).

Conteúdo Programático 3: Compliance Concorrencial: Regulação Antitruste e Combate ao Dumping. Novo Estatuto Jurídico da Empresa Pública e Governança. Combate à Corrupção e Novos Modelos de Colaboração. Gestão de Conflitos e Soluções Alternativas para o Setor Público e Privado.

Conteúdo Programático 4: Etapas de Implantação. Acordo de Leniência e Certificações...

Bibliografia Básica:

FCPA. CARVALHO, André Castro; ALVIM, Tiago Cripa; BERTOCCELLI Rodrigo de Pinho; VENTURINI, Otávio (coord), Manual de Compliance – Rio de Janeiro. Forense. 2018.

SIMÃO, Valdir Moyses; VIANNA, Marcelo Pontes. O acordo de leniência na lei anticorrupção: histórico, desafios e perspectivas. São Paulo: Trevisan, 2017.

ACKMAN, David; The Compliance Revolution: How Compliance Needs to Change to Survive. Singapore: Wiley & Sons, 2015

GIAMUNDO NETO, Giuseppe. DOURADO, Guilherme Afonso. HADLICH, Luiz Felipe. Compliance na administração pública. CARVALHO, André Castro; ALVIM, Tiago Cripa; BERTOCCELLI Rodrigo de Pinho; VENTURINI, Otávio (coord), Manual de Compliance – Rio de Janeiro. Forense. 2018.

Controlling functions performed in startups. / Las funciones de la controladoria desempeñadas en las empresas startups. By: Novaes Nocetti, Alaide Almeida; Facin Lavarda, Carlos Eduardo. Revista Ambiente Contábil. jan-jun2019, Vol. 11 Issue 1, p182-200. 19p. Language: Portuguese. DOI: 10.21680/2176-9036.2019v11n1ID14813

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Itamar. ALMEIDA, Bruno. Programas de Compliance: Foco no programa de integridade. CARVALHO, André Castro; ALVIM, Tiago Cripa; BERTOCCELLI Rodrigo de Pinho; VENTURINI, Otávio (coord), Manual de Compliance – Rio de Janeiro. Forense. 2018.

BERTOCCELLI, Rodrigo de Pinho. Compliance. CARVALHO, André Castro; ALVIM, Tiago Cripa; BERTOCCELLI Rodrigo de Pinho; VENTURINI, Otávio (coord), Manual de Compliance – Rio de Janeiro. Forense. 2018.

RAMAKRISHNA, SALONI. Enterprise Compliance Risk Management. An Essential Toolkit for Banks and Financial Services. New Jersey: Wiley & Sons, 2015.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

